

Casas a Norte: as HE num processo de continuidade*

* «Habitações Económicas» – Federação de Caixas de Previdência

Maria Tavares | Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Grupo de Investigação Altas da Casa | CEAU | FCT

Introdução

No momento em que se estima o *deficit* de habitação em Portugal, em 460 milhares, dos quais 150 mil de carácter urgente, espoletando a necessidade de se reverem os programas do habitar dirigidos ao *maior numero*, as «Habitações Económicas» – Federação de Caixas de Previdência, iniciam em 1946 e ao longo de 26 anos, um vasto trabalho não só de financiamento e promoção do projecto e construção de «Casas de Renda Económica», mas também de aprofundamento e discussão teórica sobre a temática do habitar, revisitando outras experiências, pensamentos e campos disciplinares, propondo novas formas de habitar e cobrindo todo o território nacional. No presente texto¹ focamos essencialmente a *acção Norte*, como um processo de continuidade do trabalho feito em Lisboa, onde se acrescenta o amadurecimento de uma prática contextualizada e motivada por diferentes hábitos e culturas.

*

O presente artigo propõe uma breve leitura sobre os modelos de habitar das «Habitações Económicas» – Federação de Caixas de Previdência (HE), como ferramenta base para o entendimento dos modelos de actuação deste organismo, no exercício do projecto.

¹ O trabalho apresentado neste texto tem por base o projecto de investigação de doutoramento em curso na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), inserido no projecto “Mapa da Habitação: programas habitacionais no séc XX português”, do Grupo de Investigação Atlas da Casa, do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP.

Acreditamos que as HE, que se dedicam ao longo de 26 anos, ao financiamento e promoção, do projecto e construção de «Casas de Renda Económica», com a aplicação de capitais da Previdência, proporcionam, a partir do final da década de 1940, um importante debate e reflexão sobre a modernidade em Portugal, ensaiando um novo percurso na arquitectura doméstica na segunda metade no século XX.

Na qualidade de organismo semipúblico, daí “*liberto dos constrangimentos políticos que o regime ditatorial*”² impõe, as HE são fundadas em 1946 no contexto do Ministério das Corporações e “*inscrevem-se no esforço de adaptação do Estado Novo às novas condições políticas*”³. Surgem, por um lado, a par de toda uma agitação cultural por parte de uma nova geração de arquitectos, e por outro, num momento que se constitui de charneira nas políticas habitacionais do Estado Novo. Como ponto de partida para o estudo, estas parecem-nos ser duas questões fundamentais para o entendimento dos modelos adoptados.

O Congresso dos Arquitectos, em 1948, assume-se como a “*vitória dos ideais racionalistas sobre a geração anterior*”⁴, potenciado por um movimento colectivo a favor da renovação de uma linguagem baseada nas experiências Europeias que o pós-guerra implementa, e que debate o contexto social e económico da produção arquitectónica, tendo como tema de eleição o *Problema Português da Habitação*⁵.

No seu rescaldo, no início dos anos de 1950, estudos de Raul da Silva Pereira, estimam o *deficit* de habitação em 460 milhares, dos quais 150 mil de carácter urgente⁶, posicionando

² PEREIRA, Nuno Teotónio, “Um testemunho pessoal”, *Arquitectura e Cidadania, Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Quimera Editores, 2004, pág. 45.

³ PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP publicações, 1996, pág. 205.

⁴ “O racionalismo, o movimento orgânico e a arquitectura de mercado”, *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, 1987.

⁵ *Problema Português da Habitação*, Tema II do Congresso. (Tema I, *A Arquitectura no Plano Nacional*). A propósito destes Temas, ver, *1º Congresso Nacional de Arquitectura [edição fac-similada]*, Lisboa, edição Ordem dos Arquitectos, 2008.

⁶ PEREIRA, Raul da Silva, *Problemática da Habitação em Portugal*, Separata da revista *Análise Social*, n.º 1 e 2. Lisboa, 1963, pág. 39.

o debate em torno do alojamento como uma acção prioritária e espoletando a necessidade de se reverem os programas do habitar dirigidos ao *maior numero*.

O tema da habitação enquadra-se, assim, não só numa perspectiva mais pragmática de resposta a um problema, mas também e essencialmente, na introdução de uma espécie de revisão de conceitos, associada a uma mutação [ou adaptação] do discurso arquitectónico perante o estudo da casa, principalmente esta, de âmbito económico, até então reconhecida por um modelo representativo de um discurso ideológico *ruralizante*, sintetizado na *casa própria, modesta e bem portuguesa*, promovido pelo regime do Estado Novo.



Fig. 1: Casas Económicas



Fig. 2: Casas de Renda Económica

De uma visão puramente ideológica das «Casas Económicas» [fig.1], entra-se, neste contexto de pós-guerra, numa perspectiva mais pragmática, cedendo lugar às razões económicas, com o lançamento do novo programa das «Casas de Renda Económica» [fig.2]. Lançam-se princípios gerais, que propõem uma nova estratégia e que se materializam na lei 2007⁷. Uma nova aposta, que se distingue pela passagem de um sistema legal de acesso à propriedade, em que a promoção estatal concebe como modelo único a habitação unifamiliar baseada em várias categorias⁸, para um sistema de arrendamento, onde é pela primeira vez admitida a construção em altura em situações desta natureza⁹.

⁷ Lei n.º 2007 de 7 de Maio de 1945.

⁸ PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP publicações, 1996, pág. 205.

⁹ Apesar do aumento de pisos, 4 é o máximo permitido por lei, que, segundo Nuno Teotónio Pereira, assegura a temível distância aos falanstérios, potencialmente geradores de subversão social. *Ibidem*, pág. 206.

Uma nova aposta, cuja iniciativa privada não mostra particular entusiasmo na resposta ao apelo para cooperar. As HE, chamadas a intervir, constituem uma espécie de instrumento com meios financeiros próprios e cujo interesse é evidente por parte do Estado. A concentração de esforços no sentido da cooperação na resolução do problema da habitação, parece começar a ter uma linha condutora.

Este é o quadro da fundação das HE, que numa fase inicial, e com o avolumar dos capitais da Previdência, lança o que viria a ser a grande alteração estratégica da década, o Bairro de Alvalade. As suas 2 primeiras células [fig.3], inteiramente construídas com fundos da Previdência, utilizam pragmaticamente os estudos que Miguel Jacobetty vem, pouco tempo mais tarde, a apresentar no Congresso de 1948, como uma contribuição para o já mencionado tema relativo ao *Problema Português da Habitação*. Os mesmos estudos são, posteriormente, replicados em outras cidades do país [fig.4], afastando-se das classes operárias e dirigidos a classes médias, “*cujas carências habitacionais se consideravam como um dado novo da situação e de cujo apoio o regime precisava*”¹¹, mas numa sucessão de pequenas intervenções, longe da escala e da experiência de Alvalade.



Fig. 3: Bairro de Alvalade [contorno das 2 primeiras células]



Fig. 4: Casas de Renda Económica em Matosinhos | 1951

Nuno Teotónio Pereira, figura incontornável no percurso metodológico das HE, entra para o organismo em 1948, pouco tempo depois do início do seu estágio como tirocinante, na obra do Bairro de Alvalade, aí permanecendo até à sua extinção. Nos primeiros 12 anos

¹¹ *Idem*, pág. 207.

como único arquitecto, responsabiliza-se pela delegação central em Lisboa, passando posteriormente à figura de arquitecto e urbanista consultor, após a vigorosa entrada de João Braula Reis para dirigir o recém formado Gabinete de Estudos e Projectos.

A responsabilidade nos quadros das HE enviam-no para os congressos da União Internacional dos Arquitectos (UIA), onde é delegado português durante 6 anos. Viaja pela Europa à procura de experiências congéneres, nomeadamente as italianas da INA-Casa, de forma a poder aplicar e discutir modelos de actuação no seio das HE. Constitui-se como um dos elementos estruturadores do organismo, em termos de modelos e de base programática ampla, participando na “*escolha dos terrenos e na definição dos programas, atribuindo encomendas a colegas distribuídos pelo país*”¹² e produzindo, posteriormente, os inevitáveis pareceres que, como o próprio especifica, elaborados “*depois de frutuosas trocas de impressões*”¹³. Surgem pedidos por todo o território nacional, lançam-se concursos e encomendam-se projectos. Numa primeira fase, dada a inexistência de um corpo técnico, os projectos são entregues a um variado número de arquitectos, oriundos das relações pessoais e profissionais de Nuno Teotónio Pereira, enriquecendo o nosso património habitacional, e recusando, curiosamente, depois da primeira fase pragmática de Alvalade, o uso de projectos-tipo, a favor de “*elementos funcionais-tipo susceptíveis de várias combinações*”¹⁴. Veículo gerador de ideias e princípios, é pela mão das HE, logo na década de 1950, que os contextos urbanos e rurais se transformam em verdadeiros laboratórios de experiências habitacionais promovidos por uma nova geração que acredita que a arquitectura tem o poder transformador do comportamento das pessoas.

A necessidade de circunscrever uma matéria, leva-nos, a focar a *acção Norte*, obviamente como processo de continuidade do trabalho iniciado em Lisboa, onde se acrescenta a partir dos anos de 1960, o amadurecimento de uma prática contextualizada e motivada por diferentes hábitos e culturas, e em que o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa se constitui como uma ferramenta essencial.

¹² PEREIRA, Nuno Teotónio, “Um testemunho pessoal”, *Arquitectura e Cidadania, Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Químera Editores, 2004, pág. 45.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Habitações Económicas – Federação de Caxias de Previdência, Colectânea de Estudos de Habitação, Publicação de Circulação Restrita, nº 9, Outubro 1963, p. 10.

Na verdade, no final dos anos de 1950, a coincidência do Inquérito, que representa “*um esforço de inventariação séria do património*”¹⁵, onde, por razões circunstanciais, participam inúmeros actores das HE, com a introdução de nova legislação em 1958, materializada num programa que se apoia num regime de empréstimos, honestamente designado pelas HE como «Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo»¹⁶, que permite a descentralização do projecto por todo o país através de uma Rede de Arquitectos Regionais, vai, em termos de produção arquitectónica, mostrar tanto em contexto urbano, mas essencialmente rural, a possibilidade de questionar os dogmas racionalistas da década anterior, procurando uma aproximação à realidade humana, “*no sentido ideológico de um novo realismo social apoiado nas tradições populares*”¹⁷.

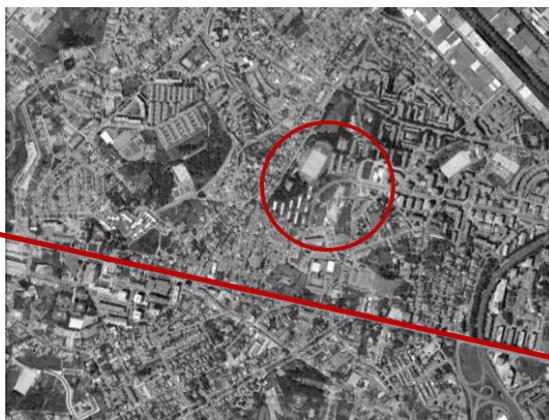


Fig. 5: Unidade Residencial de Ramalde e eixo da Avenida da Boavista

Iniciamos então este percurso, pela grande operação realizada com fundos da Previdência na cidade do Porto.

O plano da Unidade Residencial de Ramalde [fig.5], inicia a sua intenção de construção de *renda económica* em 1947. Para tal, a câmara disponibiliza um terreno numa então zona periférica da cidade, beneficiando uma zona de carácter semi-rural com baixo índice de

¹⁵ “O racionalismo, o movimento orgânico e a arquitectura de mercado”, *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, 1987.

¹⁶ Lei n.º 2092 de 9 de Abril de 1958.

¹⁷ TAVARES, Domingos, *Francisco Farinhas, Realismo Moderno*, Maia, Edição Dafne Editora, 2008, pág. 12.

ocupação¹⁸ e relacionada com um dos eixos estruturantes da cidade, a avenida da Boavista. Quando se estima que mais de 50 mil pessoas habitam em ilhas em condições deficientes, os serviços de urbanização da Câmara Municipal do Porto, “satisfazendo o programa da Federação de Caixas de Previdência”¹⁹, propõem o Plano Parcial de Urbanização na Zona de Ramalde, na perspectiva de crescimento da cidade, à imagem do denominado “supra-sumo”²⁰ da década, o Bairro de Alvalade em Lisboa. Apesar da proposta pretender servir uma área considerável, está longe tanto da escala de Alvalade, como dos regimes legais de habitação propostos. Neste caso, a intenção é a de *instalar comodamente* 6000 habitantes em «Casas de Renda Económica», ao abrigo da já mencionada lei 2007, a grande revelação estratégica da década de 1940, que abre portas a um modelo de intervenção mais próximo da realidade Europeia.

O programa inicial, lançado pelas HE, prevê a construção de 106 blocos destinados a habitação de *renda económica*, mais o inevitável comércio e serviços de apoio local. Este primeiro programa, não aprovado pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, é revisto segundo uma nova estratégia, abrindo-se em 1949 um concurso público para a Unidade Residencial de Ramalde, data em que se efectiva a aquisição dos terrenos previstos por parte do organismo.

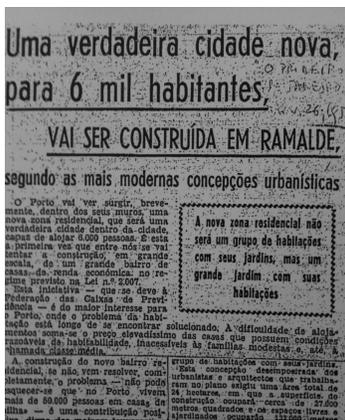


Fig. 6: O Primeiro de Janeiro, 1950.

¹⁸ A propósito desta questão, ver, VASCONCELOS, Diana da Silva, *O Bairro de Ramalde de Fernando Távora, Um Bairro Moderno no Porto*, Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2009.

¹⁹ Guia 5/2003 n.º 291, Arquivo Histórico do Porto.

²⁰ “Porto: Unidade Residencial de Ramalde (1953-60)”, *Arquitectura n.º 71*, Lisboa, 1961

“Uma verdadeira cidade nova, para 6 mil habitantes, vai ser construída em Ramalde, segundo as mais modernas concepções urbanísticas”, lê-se no jornal “O Primeiro de Janeiro” de 1950 [fig.6]. Este novo Plano Parcial [fig.7], define inicialmente um total de 43 blocos habitacionais, divididos em 2 fases de construção, incluindo “serviços de interesse público, como escolas primárias e de assistência maternal, centro comercial, garagens, zona desportiva”²¹, materializando-se numa zona central, potenciada por 2 eixos estruturantes. Uma verdadeira cidade nova, “com os seus blocos paralelos separados por faixas verdes e um vocabulário marcadamente racionalista”²².

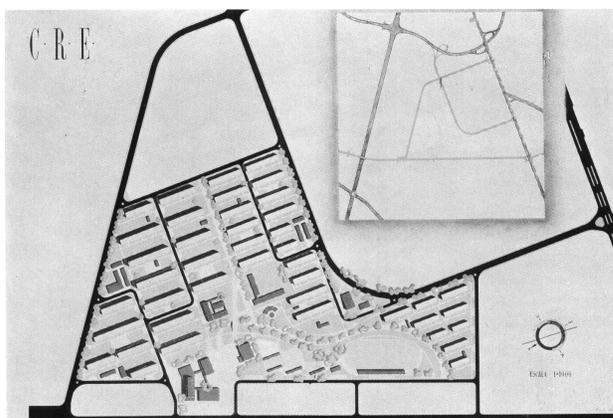


Fig. 7: Plano Parcial de Urbanização na Zona de Ramalde

O projecto, adjudicado ao jovem Fernando Távora, que entretanto exerce funções como técnico da Câmara Municipal do Porto, responsabiliza-se pelo plano, e procura dimensioná-lo, segundo memória descritiva, “para permitir um mínimo de vida própria; o tráfego mecânico ia perdendo importância à medida que se aproximava de um eixo central de peões, ligando as casas, o parque, o centro comercial. O equipamento era bastante desenvolvido e a orientação das fachadas o melhor possível”²³. Todo o equipamento assume uma posição central face ao plano, estabelecendo uma relação de proximidade entre eles e o espaço verde, que unifica toda a proposta.

Curiosamente, Távora afirma que, “os edifícios estavam já projectados aquando da elaboração do plano, tendo inicialmente como modelo o Bairro de Alvalade”,

²¹ O Primeiro de Janeiro, 26 Fevereiro, 1950.

²² PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP publicações, 1996, pág. 208.

²³ “Porto: Unidade Residencial de Ramalde (1953-60)”, *Arquitectura n.º 71*, Lisboa, 1961.

readaptando-o, “*por não se adaptar ao desenho e às características do Porto*”²⁴. Importa referir a visão renovadora do autor, salientando um conjunto de valores e de ideias relacionadas com um ideal de moderno, enquadrando os princípios de discussão da Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM), fundada em 1947 na cidade do Porto, de que faz parte²⁵.

Longe de resolver o problema da habitação na cidade do Porto, dados os números que estimam o *deficit* habitacional, potenciado pelas débeis condições nas ilhas, a Unidade Residencial de Ramalde, dirige-se, assim como todos os programas de renda económica ao abrigo da lei 2007 promovidos pelas HE, aos beneficiários de diferentes Caixas Sindicais de Previdência que concorrem ao respectivo agrupamento, ficando posteriormente agrupados pelos diferentes blocos habitacionais.

Do *Plano Parcial* proposto, não se constrói a sua totalidade. Apenas 26 blocos são construídos, divididos por 2 fases [fig.8], sendo que 6 são de dimensões bastante reduzidas, o que obriga a uma revisão por parte do autor²⁶. O equipamento também não chega a ser construído, muito embora a sua programação seja exemplar quanto à definição de um projecto complexo, respondendo às “*mais modernas e racionais concepções urbanísticas*”, dando a este novo bairro “*as características de uma «cidade-jardim»*”²⁷.

²⁴ Conforme entrevista dada a Nuno Lacerda, no âmbito do seu processo de doutoramento. LACERDA, Nuno, *Projecto e Modos de Habitar*, Dissertação de Doutoramento, FAUP, Abril 2008.

²⁵ O denominado “grupo actuante”, tem como objetivo divulgar e estudar a arquitectura moderna, abrindo portas a novos campos de discussão e de trabalho, permitindo questionar o programa, a habitação mínima, racionalização e economia da construção.

²⁶ Em 1956, inicia-se a preparação da 2ª fase do plano para Ramalde, revista e proposta pelos Serviços Técnicos das HE, mais especificamente por Nuno Teotónio Pereira. A Divisão de Urbanismo da CMP, aprova esta solução para construção, sendo que Fernando Távora continua responsável pelo desenvolvimento dos projectos dos blocos a edificar.

²⁷ Conforme *O Primeiro de Janeiro*, 26 Fevereiro, 1950.

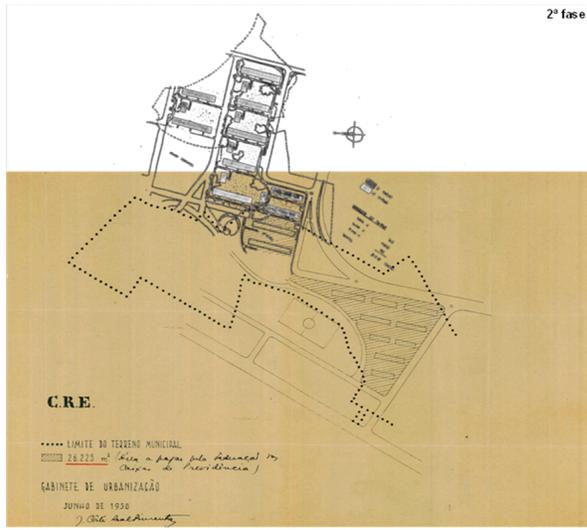


Fig. 8: 1ª e 2ª fases do Plano.

A primeira fase, que corresponde a uma área triangular situada a Sudeste do terreno, mais 2 blocos a Norte destes, demonstram uma atenção diferente no tratamento do espaço público, dada a reduzida altura dos edifícios e afastamentos entre eles. Na segunda fase, que reduz substancialmente o numero proposto inicialmente (de 34 para 17 blocos habitacionais), é alterada a questão da densidade, com uma forte relação entre a escala humana e os edifícios propostos²⁸.

Veja-se os diagramas que Gropius sugere em 1930 no III CIAM em Bruxelas, para estudar a relação entre a altura dos edifícios e o distanciamento entre eles. A “Construção Baixa, Média ou Alta?” procura mostrar esta proporcionalidade directa, interferindo por isso no desenho da cidade, contribuindo para a sua modernidade através de um relação equilibrada entre a arquitectura a natureza e a sociedade²⁹.

O Moderno bloco de habitação colectiva, deixa de ser estudado como uma peça isolada na cidade, recuperando, como afirma Ana Tostões, “*uma nova dignidade*”, pensado “*como peça repetível em função dos valores urbanos*”, sendo estes, os casos que contribuem para

²⁸ VASCONCELOS, Diana da Silva, *O Bairro de Ramalde de Fernando Távora, Um Bairro Moderno no Porto*, Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2009.

²⁹ *Ibidem*.

*“uma imagem de cidade mais contemporânea civilizada e mais internacionalmente urbana”*³⁰.

Conhecem-se 3 diferentes propostas para os vários tipos que constituem os blocos habitacionais. Relativamente à sua escolha, supõe-se, através de testemunho pessoal de Nuno Teotónio Pereira, que emite os pareceres como técnico responsável pelo sector de estudos e projectos das HE até 1958, que algumas das propostas não respondem aos requisitos previstos, salientando a importância dos respectivos projectos se aproximarem de uma linguagem Europeia das experiências do pós-guerra, ainda que revistas, introduzindo uma constante experimentação sobre o espaço doméstico, o conceito de mínimo, e sobre uma forma moderna de habitar, dadas as novas condições familiares e do papel da mulher na organização da casa.

Parece-nos ser uma das questões fundamentais, dado que todas as propostas cumprem um mesmo programa, mas traduzindo obviamente diferentes entendimentos do espaço do habitar.

Ora vejamos: em 1949, uma equipa de 2 arquitectos assina uma primeira proposta desenhada [fig.9] com total desconhecimento do traçado do plano geral. Em memória descritiva, os próprios referem a impossibilidade de representar os espaços que antecedem os edifícios, *“assim como os anexos que lhes ficam posteriormente”*.

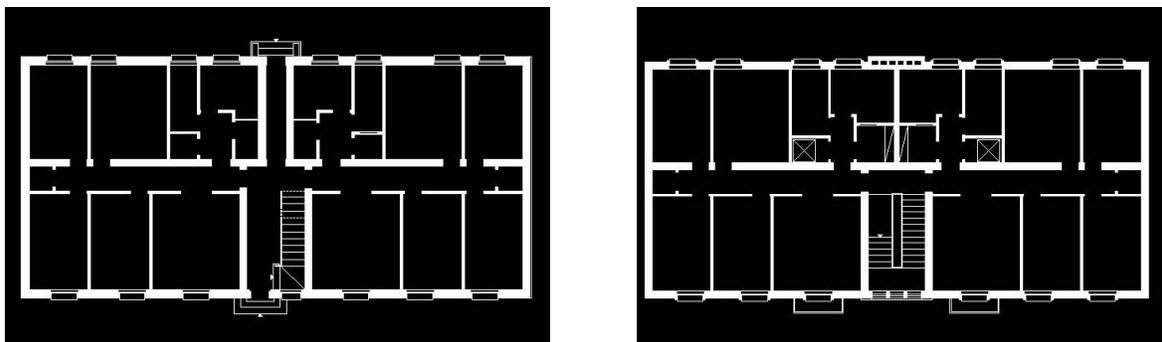


Fig. 9: Proposta tipológica para o Bairro do Ramalde (tipo 3) | Manuel Magalhães | pisos 0 e 1

³⁰ TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP publicações, 1997, p. 71.

Proposta muito *oficial*, traduz claramente uma aproximação aos projectos em construção em Alvalade, nomeadamente as suas duas primeiras células realizadas com fundos da Previdência e que Matosinhos conhece recentemente. Muito próximo do conceito do projecto-tipo de Miguel Jacobetty, é posto de parte, sendo que não representa nenhum tipo de compromisso com os princípios modernos.

O mesmo não se pode dizer, de uma segunda proposta, de João Andresen e Rogério Martins [fig.10]. Andresen é responsável por outros trabalhos para as HE na região Norte, e sabe questionar as relações fundamentais entre o espaço mínimo e a organização doméstica. No caso específico, da leitura dos dispositivos propostos prevê-se uma complexidade programática pouco própria de uma habitação que se quer económica. Seja a existência do quarto da criada, como de uma sala de trabalho, flexibilizada pelas entradas múltiplas.

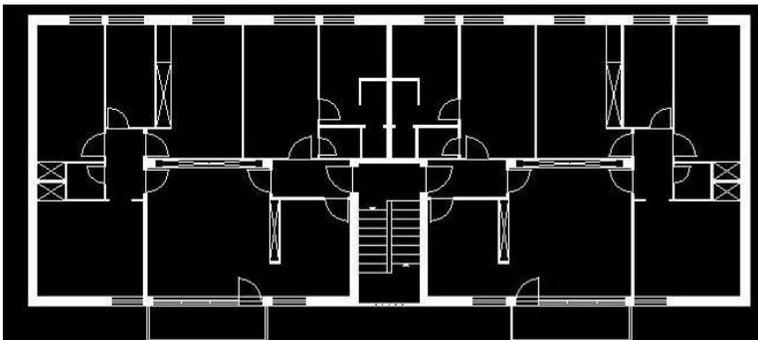


Fig. 10: Proposta tipológica para o Bairro do Ramalde (tipo 3) | João Andresen e Rogério Martins | piso tipo

No entanto, não se distancia de alguns projectos realizados no contexto das HE, nomeadamente o conjunto para Braga de Nuno Teotónio Pereira, que representa o primeiro projecto fora do contexto inicial do organismo com o uso de projectos-tipo. Nuno Teotónio também propõe o quarto da criada, reduzindo e racionalizando ao máximo todas as circulações, como Andresen propõe. Programas mais extensos do que seria de esperar para situações desta natureza, muito embora previstos nos programas de trabalho das HE, visto poder-se contemplar várias categorias habitacionais, que reflectem obviamente diferentes abordagens programáticas.

Quanto ao caso de Fernando Távora, importa referir que a leitura do programa é a questão fundamental que o distancia das outras propostas [fig.11].

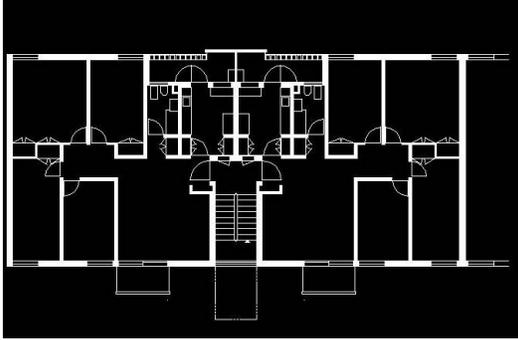


Fig. 11: Proposta tipológica para o Bairro do Ramalde (tipo 3) | Fernando Távora | piso tipo

Távora “dá o exemplo do pragmatismo e de uma modéstia deliberadamente assumida”³¹, tão própria das suas propostas, e que aqui, na sua primeira grande obra em termos de escala e dimensão no âmbito da habitação, o que revela uma preocupação acrescida pela repetição da forma, traduz esse mesmo pragmatismo, pela simplificação total do programa. Clarifica a possível sectorização programática que Andresen introduz, retirando o quarto da criada, concentrando as zonas de águas num ponto apenas, anulando o hall de entrada, introduzindo uma espécie de biombo que protege o espaço comum e libertando totalmente a sala, transformando-a no ponto central da organização doméstica.

Curiosamente, as peças desenhadas referentes à fase de execução, nomeadamente as carpintarias, totalmente pormenorizadas à escala de 1 para 1, são assinadas por Nuno Teotónio Pereira, o que leva a supor que uma série de detalhes fazia já parte de um exaustivo estudo de componentes por parte do organismo, pondo em prática o mencionado conceito de *elemento funcional-tipo*.

Esta realização assinalável na cidade do Porto [fig.12], onde se sugere claramente os códigos da Carta de Atenas na disposição dos edifícios³², originando uma zona residencial “*não com um grupo de habitações com os seus jardins, mas um grande jardim com as suas habitações*”, como divulga o jornal *O Primeiro de Janeiro*, é, segundo Nuno Portas “a

³¹ “O racionalismo, o movimento orgânico e a arquitectura de mercado”, in AAVV, *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, Catálogo de Exposição, Lisboa, 1987.

³² TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP publicações, 1997, p. 75.

primeira e legítima oportunidade de (...) erguer o «nosso bairro Siemens»; de contrapor ao espírito acanhado e pequeno burguês de Alvalade (...), um método funcionalista, com a sua subordinação declarada à exposição das fachadas, o seu terreno livre e de «core», num zoning definido à letra»³³.

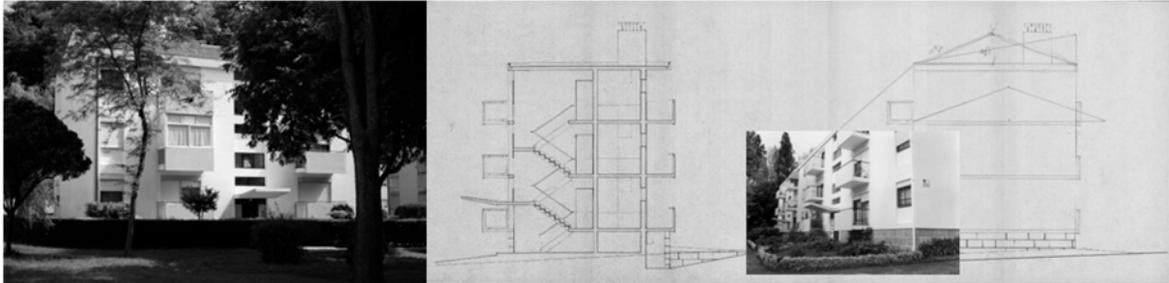


Fig. 12: Bairro do Ramalde | secção e alçado.

Ao contrário de Lisboa, que vê crescer a cidade com as modernas experiências de Olivais-Norte e posteriormente Sul e Chelas, onde as HE têm um papel fundamental em termos de promoção e financiamento, o Porto esgota a sua acção numa primeira fase, com esta experiência em Ramalde, retomando de alguma forma, mais perto da extinção do organismo, com edifícios para o plano do bairro da Pasteleira de João Serôdio, embora em clara presença de uma fase de transição.

No entanto, durante os anos de 1950, a zona Norte, é pontuada por uma série de experiências ainda ao abrigo desta lei, organizadas pela delegação central em Lisboa, sob controlo de Nuno Teotónio Pereira, que para além de proceder à encomenda destes projectos, também os realiza no seu *atelier*, juntamente com os seus colaboradores, manifestando um espírito de pesquisa e abertura a novas tendências³⁴.

Podemos, a título exemplificativo, apontar as acções em Braga, Viana do Castelo, Bragança, entre outras, de carácter mais urbano, ou então Vila do Conde, Barcelos e Famalicão, num registo mais próximo de um contexto rural, resultando em leituras

³³ “Porto: Unidade Residencial de Ramalde (1953-60)”, *Arquitectura* n.º 71, Lisboa, 1961.

³⁴ “O racionalismo, o movimento orgânico e a arquitectura de mercado”, in AAVV, *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, Catálogo de Exposição, Lisboa, 1987.

programáticas diferentes e adaptadas às circunstâncias locais. Valorizam-se vivências, novas estruturas físicas, e propõem-se novos modos de habitar.

A transição para a década de 1960, fica marcada pela introdução da já referida lei que prevê um vasto regime de empréstimos a beneficiários da Previdência, e que trará consequências determinantes ao nível dos modelos de actuação do organismo nos anos que se seguem. É assim possível a concessão de empréstimos para a construção, aquisição ou beneficiação de casa própria, cuja base reside no apoio a particulares beneficiários de diferentes Caixas Sindicais de Previdência, e que respondam a um certo número de requisitos que a lei estipula. Outra das particularidades da lei 2092, e que irá proporcionar, por um lado, um grande dinamismo ao nível dos já referidos modelos de actuação e, por outro, a possibilidade de expansão da equipe de trabalho, é a concessão de empréstimos, dentro dos mesmos pressupostos, a empresas contribuintes e Casas do Povo, que tenham em sua posse terrenos viáveis para construção³⁵.

Destaca-se neste período da acção das HE, um exaustivo trabalho de investigação sobre os diferentes modos de habitar, aproximando esta espécie de laboratório de experiências, contemporâneo do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, às realidades de um mundo já em plena transformação. O Inquérito, como consequência imediata do Congresso de 48 e depois de editado sob a forma de síntese em 1961, produz um enorme impacto nas convicções dos arquitectos³⁶. Para as HE, constitui-se como uma ferramenta essencial, no debate em torno das operações de cariz rural ou antropológico.

E é ao longo dos anos de 1960, que a aplicação desta nova lei apresenta resultados. Anos de transição e de revisão quanto ao processo do moderno, os 60, constituem-se em anos de consolidação para as HE, pelo amadurecimento metodológico da prática de uma encomenda, assolada de experiências enriquecedoras quanto ao processo de transformação social.

³⁵ A propósito desta questão, ver, TAVARES, Maria, “Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas, Um Percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal”, Dissertação de Mestrado, FAUTL, 2003, p.81.

³⁶ TAVARES, Domingos, “Os Anos do Inquérito”, In *António Meneres: dos anos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, Porto, edições FAUP, 2006, pág. IV.

Com uma equipa de cerca de 20 arquitectos, e com uma recém-nascida delegação Norte orientada por Alcino Soutinho, cria-se uma Rede de Arquitectos Regionais, descentralizando todo o processo, como forma de responder aos pedidos provenientes dos mais variados contextos do País.

Os casos mais representativos, são os que se constroem para as empresas fabris e Casas do Povo, tendo como elemento pertinente de valorização do projecto, a capacidade do utente poder participar na concepção e discussão do programa.

Deste modo, e em jeito de conclusão, ao longo destes 26 anos, são pensados novos espaços de habitar, com novos acessos, novas agregações, novos princípios de organização, novos dispositivos espaciais. Importa a forma como se estuda o programa de forma participativa, o papel da mulher na nova vida doméstica e a aparente simplificação de programa do habitar, assumindo-se uma responsabilidade social, propondo a renovação de uma prática, capaz de aplicar os meios disponíveis de uma forma original e pioneira, com *um elevado sentido de serviço público*³⁷, como defende Nuno Teotónio Pereira.

Bibliografia

1º Congresso Nacional de Arquitectura [edição fac-similada], Lisboa, edição Ordem dos Arquitectos, 2008.

Habitações Económicas – Federação de Caxias de Previdência, Colectânea de Estudos de Habitação, Publicação de Circulação Restrita, nº 9, Outubro 1963.

LACERDA, Nuno, *Projecto e Modos de Habitar*, Dissertação de Doutoramento, FAUP, Abril 2008.

O Primeiro de Janeiro, 26 Fevereiro, 1950.

“O racionalismo, o movimento orgânico e a arquitectura de mercado”, in AAVV, *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, Catálogo de Exposição, Lisboa, 1987.

PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP publicações, 1996.

PEREIRA, Nuno Teotónio, “Um testemunho pessoal”, *Arquitectura e Cidadania*, Atelier Nuno Teotónio Pereira, Lisboa, Quimera Editores, 2004.

³⁷ PEREIRA, Nuno Teotónio, “Um testemunho pessoal”, *Arquitectura e Cidadania*, Atelier Nuno Teotónio Pereira, Lisboa, Quimera Editores, 2004, pág. 45.

PEREIRA, Raul da Silva, *Problemática da Habitação em Portugal*, Separata da revista *Análise Social*, n.º 1 e 2. Lisboa, 1963.

“Porto: Unidade Residencial de Ramalde (1953-60)”, *Arquitectura n.º 71*, Lisboa, 1961.

TAVARES, Domingos, *Francisco Farinhas, Realismo Moderno*, Maia, Edição Dafne Editora, 2008.

TAVARES, Domingos, “Os Anos do Inquérito”, In *António Meneres: dos anos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, Porto, edições FAUP, 2006.

TAVARES, Maria, “Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas, Um Percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal”, Dissertação de Mestrado, FAUTL, 2003.

TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP publicações, 1997.

VASCONCELOS, Diana da Silva, *O Bairro de Ramalde de Fernando Távora, Um Bairro Moderno no Porto*, Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2009.

Origem das Imagens

1. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa.
2. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa.
3. Produção própria sobre imagem: COSTA, João Pedro, *Bairro de Alvalade, Um Paradigma no Urbanismo Português*, Livros Horizonte, Lisboa, 2006, pág. 30.
4. Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Departamento do Património Imobiliário, Porto.
5. Produção própria.
6. O Primeiro de Janeiro, 26 Fevereiro, 1950.
7. *Fernando Távora*, Editorial Blau, Lisboa, 1993, pág. 54.
8. Produção própria sobre imagem: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Departamento do Património Imobiliário, Porto.
9. Produção própria.
10. Produção própria.
11. Produção própria.
12. Produção própria sobre imagem: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Departamento do Património Imobiliário, Porto.